

Contributo para o estudo da ocupação romana no concelho de Lousada: achados epigráficos e povoamento

Armando Redentor* e Luís Sousa**

RESUMO

Procede-se com o presente texto à apresentação do espólio epigráfico de época romana referente ao contexto territorial do hodierno concelho de Lousada. Ainda que se trate de poucos testemunhos, e apesar de nenhum provir de contextos arqueológicos seguros, o desafio que se coloca é, para além de uma apresentação ou revisão detalhada de cada uma das inscrições, equacionar a sua inclusão na trama do povoamento coevo, tendo em conta o estado atual do conhecimento relativamente a esta matéria.

ABSTRACT

The present paper presents the Roman epigraphic evidences concerning the territorial context of the actual county of Lousada. Although there are few testimonies and even though none resulting from secure archaeological contexts, the challenge is, in addition to a detailed presentation or review of each inscription, to consider its inclusion in the coeval settlement plot, taking into account the current state of knowledge on this matter.

PALAVRAS-CHAVE

Epigrafia; povoamento; período romano; vale do rio Sousa; Lousada.

KEYWORDS

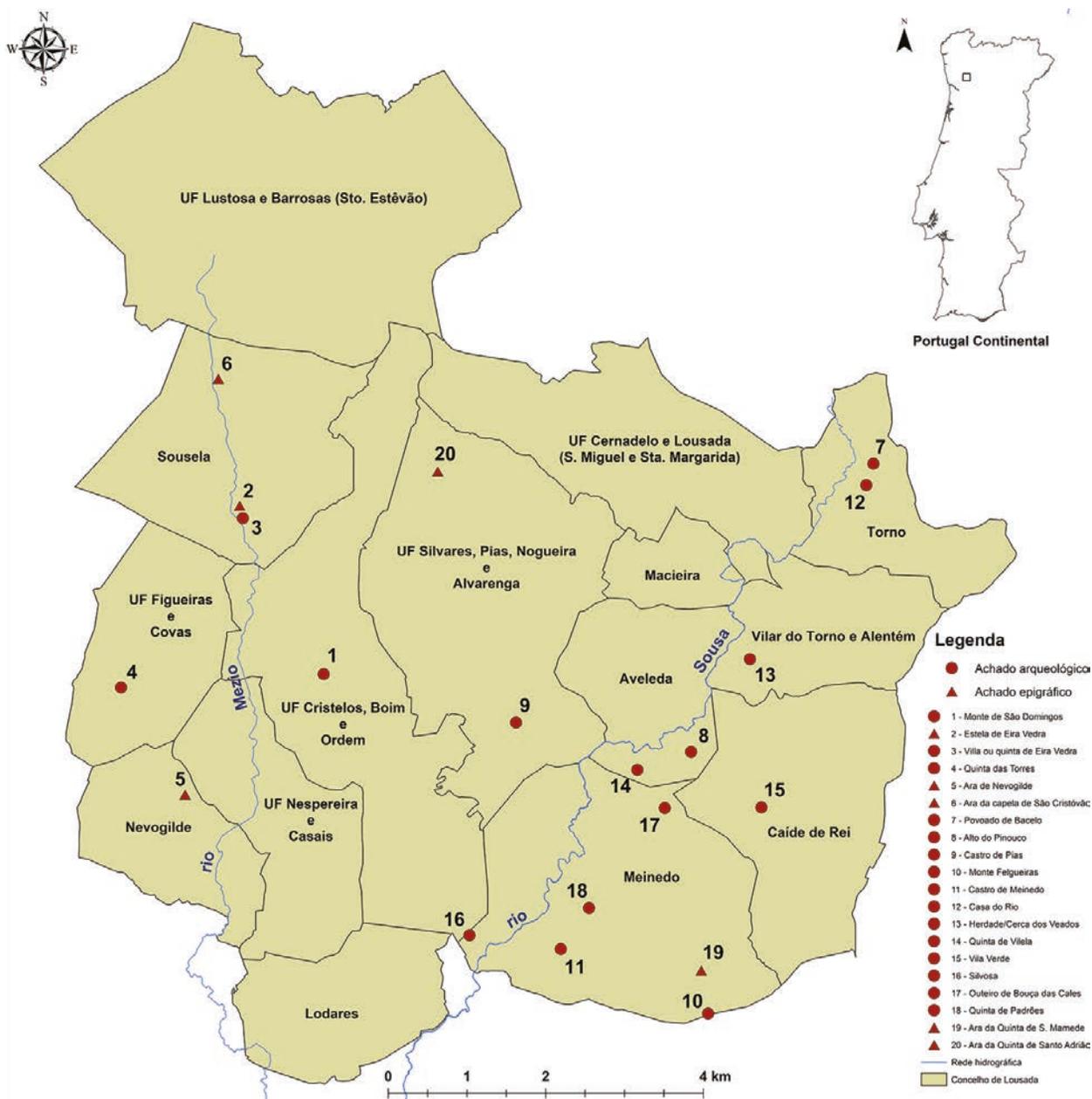
Epigraphy; settlement; Roman period; Sousa river valley; Lousada.

* Arqueólogo. Investigador integrado do Centro de Estudos de Arqueologia, Artes e Ciências do Património - Universidade de Coimbra. Trabalho elaborado no âmbito do projeto de investigação HAR2017-82202-P (Proyecto del MINECO/FEDER).

** Arqueólogo. Câmara Municipal de Lousada.

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A viragem da era, terminada a conquista territorial por parte de Roma, foi, nas terras a norte do Douro, sinónimo de vastíssimas alterações na paisagem, pois a forma como as comunidades locais passam a encarar o território é profundamente alterada, renovando-se a trama de povoamento que até aí estava polarizada por povoados fortificados cuja história terá sido também ela de mudança ao longo do I milénio a.C.



MAPA 1. Distribuição espacial de sítios romanos ou romanizados no concelho de Lousada (Luís Sousa).

O espaço geográfico hodiernamente integrado no concelho de Lousada não terá ficado alheio aos processos de mudança introduzidos pela conquista romana. No estado atual da investigação estão identificados pouco mais de 10 povoados fortificados integrados nas bacias hidrográficas dos rios Mezio e Sousa, cuja ocupação, durante, pelo menos, a segunda metade do I milénio a.C. parece segura, sendo que cerca de dois terços deixaram de ter ocupação em tempos romanos (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008, pp. 41-43). A emergência de uma rede de povoamento distinta, quer no tipo de assentamentos, quer na sua implantação, ocorre em posição periférica aos territórios dos antigos povoados fortificados, sendo de destacar unidades de exploração rústicas, designadamente *uillae* ou quintas e casais, em matriz dispersa, na qual assume destaque um tipo distinto de arqueossítio, tanto pela sua dimensão, como pelas evidências materiais, interpretável como *uicus* e cuja perduração avança pelos tempos medievais (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008, pp. 44-45).

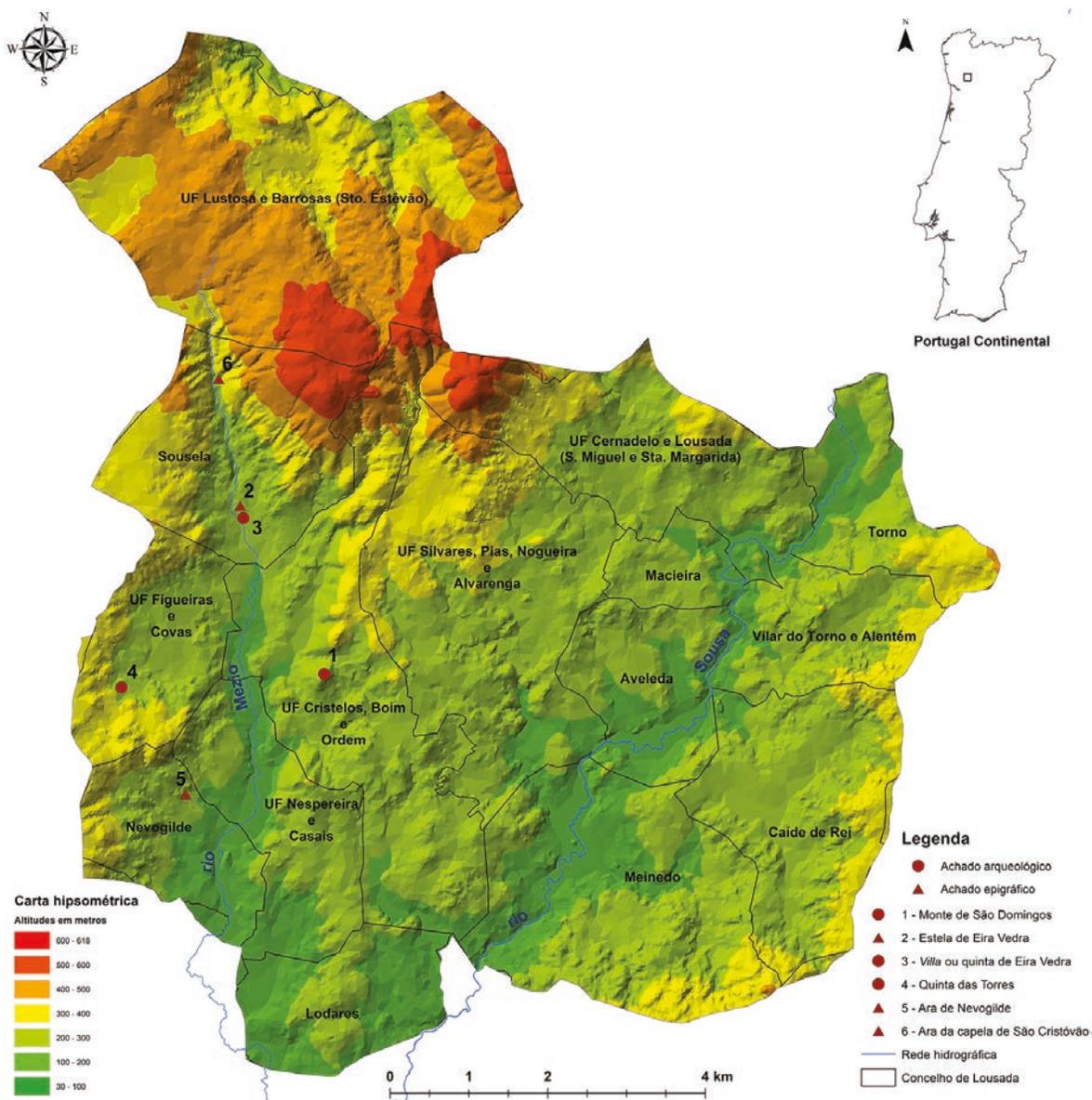
A cultura epigráfica irrompeu, então, neste recanto do Noroeste peninsular, embora sejam escassos os testemunhos que hoje retemos. Apesar de nenhuma das cinco inscrições romanas descobertas no espaço lousadense provir de contextos arqueológicos seguros, tal como acontece com um suporte anepígrafo, o desafio que se nos coloca é, para além de uma apresentação detalhada de cada uma delas ou de uma revisão, conforme os casos, equacionar a sua inclusão na trama do povoamento coevo, tendo em conta o estado atual do conhecimento relativamente a esta matéria.

2. ENQUADRAMENTO CRONO-ESPACIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO MEZIO NO PERÍODO ROMANO

O povoamento proto-histórico no vale do rio Mezio encontra-se evidenciado por diversos povoados de altura, ocupando outeiros e remates de esporão, que pontuam as linhas de cumeada que separam as bacias hidrográficas dos rios Ferreira e Vízela da do rio Mezio. Aludimos, por exemplo, aos habitats do Bronze Final do Alto das Cadeiras (Nevogilde) e dos Mortórios (Covas), bem como a um conjunto de assentamentos mais tardios, de época sidérica, representado pelos castros de São Gonçalo (Lustosa), de Santa Águeda e do Bufo e Monte dos Castros (Sousela), pelo Alto de Nevogilde (Nevogilde) e, também, pelo castro de São Domingos (Cristelos), o que atesta bem a singularidade geomorfológica propícia a este tipo de povoamento característico de todo o I milénio a.C. e primeiros tempos do seguinte.

Com o território sob o domínio romano assistimos à descida das populações em direção ao vale, em busca de terras agricultáveis e superfícies mais aplanadas, condições mais coincidentes com os intentos económicos, administrativos e políticos dos colonizadores vindos do Lácio.

Os assentamentos da época romana conhecidos indiciam ocupações tardias, exceção o castro de São Domingos, que manifesta uma comprovada ocupação romana já em finais do I milénio a.C. e que parece prolongar-se até, pelo menos, aos finais do século V (Pinto, 1992; Sousa, 2007).



MAPA 2. Sítios arqueológicos e achados epigráficos na bacia hidrográfica do rio Mezio (Luís Sousa).

Em Eira Vedra (Sousela) apareceu, pelo século XIX, uma estela funerária. A primeira referência conhecida relativamente a esta peça data de 1901, recaindo em José Fortes o primado da sua divulgação na revista *Portugalia*. Este não se estende na descrição global do monumento, detendo-se apenas na leitura do epitáfio e na referência às suas dimensões, sendo omissa quanto a qualquer dado atinente às condições do achado, assim como às circunstâncias que terão propiciado o seu depósito no Museu Municipal do Porto, hoje integrado no Museu Nacional de Soares dos Reis. Fruto das obras de construção da autoestrada A42, ocorridas em 2006, foi possível identificar, nessa área, cerâmica comum romana tardia e materiais de construção (*tegulae* e tijolos), verifi-

cando-se uma dispersão de espólio, por ambas as margens do rio Mezio, a rondar os 0,9 ha. O confronto dos dados arqueológicos e epigráficos, aliado à extensa dispersão dos materiais, leva a conjecturar a existência de uma necrópole neste local, associável a um núcleo de povoamento rural de tipo *uilla* ou quinta, atribuível aos séculos III e IV (Pinto, 1992).

Não muito distante de Eira Vedra, na freguesia de Figueiras, situado na bordadura direita do rio de Moinhos, ocupando a extremidade de um alvéolo natural, localiza-se um possível casal romano, no lugar da Quinta das Torres. A primeira referência ao aparecimento de vestígios arqueológicos neste local foi realizada pelo padre Francisco A. Peixoto, referindo “que uma tradição, ainda muito espalhada, afirma que a antiga igreja esteve no lugar da Torre, pequena elevação de terreno onde se teem achado pedaços de telha e outros indícios de edifício ou habitação (...)” (Peixoto, 1913, p. 1). O possível casal romano foi reconhecido em 2006, na sequência do acompanhamento arqueológico das obras de construção da A42. Segundo testemunho do arqueólogo responsável pelo acompanhamento, trata-se de um local “de fácil acesso e de visibilidade sobre a área envolvente, tendo-se documentado o aparecimento de inúmeros fragmentos de cerâmica de construção, nomeadamente tégula e ímbrice e de fragmentos de cerâmica comum, de diversas tipologias e formas variadas, predominando as formas fechadas” (Baptista, 2006, p. 20). A grande maioria dos materiais não apareceu no topo do pequeno morro, mas no sopé, tendo sido recolhidos “um peso de tear com perfuradores laterais (...) e um lítico, de utilidade e cronologia indeterminadas” (Baptista, 2006, p. 21), possivelmente um afiador, havendo ainda a referir o achado de um fragmento de *terra sigillata* hispânica, de uma mó circular (movente) e, aquando do desmonte de um muro de vedação próximo ao morro da Quinta das Torres, de “uma estrutura granítica com orifício de escorrimento”, a qual poderá ter estado associada a um lagar (Baptista, 2006, p. 21).

O local encontra-se, na sua quase totalidade, aniquilado pela abertura da autoestrada. Porém, uma deslocação ao sítio, após as obras, permitiu reconhecer ainda um considerável número de materiais arqueológicos de cronologia romana, altimedieval e mesmo moderna, destacando-se do espólio observado um pequeno fragmento de *terra sigillata* hispânica e grande número de fragmentos de materiais de construção, mormente de *tegulae* e de pequenos silhares faceados, aparentando estar ainda *in situ*, facto que autoriza a possibilidade de aí poderem subsistir partes de uma qualquer edificação de natureza indeterminada.

A superior concentração de materiais arqueológicos neste espaço permite admitir a possibilidade de a habitação aqui ter sido erigida, privilegiando uma área enxuta, tendo em redor campos agricultáveis, bem irrigados e com boa exposição solar. Reúne-se aqui um conjunto de condições propícias à instalação de uma estrutura de carácter agrícola, com possível vocação vitivinícola, como pode indiciar o aparecimento de uma base de prensa de lagar, já que não é viável a atribuição de uma concreta cronologia para este elemento.

Os restantes vestígios do período romano identificados na zona do Mezio resumem-se a monumentos epigráficos.

Neste campo, importa, desde logo, fazer uma breve alusão à ara de Nevogilde, identificada no lugar de Penedo de Baixo, na sequência dos trabalhos com vista à reformu-



FIGURA 1. Ara anepígrafa de Nevogilde (Luís Sousa).

lação da Carta Arqueológica do concelho de Lousada (Nunes, Sousa e Gonçalves, 2008, p. 166). A peça encontra-se no mesmo local, à beira da estrada.

Atualmente anepígrafa, apresenta um trabalho de desbaste profundo, para regularização do suporte ([87]x[46]x[46] cm) em tempos relativamente recentes, sendo de admitir que tivesse ostentado inscrição. Quer o coroamento ([12]x[46]x[46] cm), quer o fuste sofreram um arredondamento, conseguido pelo corte dos ângulos retos. A base (17x43x43 cm), a única parte aparentemente original, apresenta formato quadrangular.

Na capela de São Cristóvão de Sousela guarda-se uma epígrafe funerária também correspondente a um altar. Desconhecem-se, todavia, as razões que terão levado à deslocação da peça para o templo e na área envolvente ignora-se qualquer outro achado arqueológico que possibilite um adequado enquadramento cronológico do monumento.

A ara encontra-se, presentemente, arrumada no interior do templo, mas outrora esteve no exterior, ladeando a porta da entrada principal e a servir de pia de água benta. Enquanto aqui permaneceu, e ainda durante algum tempo depois de removida para o interior, esteve caiada de branco, estado que acarretou dificuldades acrescidas para uma leitura integral. Pese embora a circunstância, foi considerada em bom estado, “apesar de no reaproveitamento como pia de água benta ter sido escavada a parte superior da cornija e de estar pintada com cal e tinta” (Pinto, 1992). Não obstante, na sequência das obras de beneficiação levadas a cabo na capela de São Cristóvão, a retirada da cal que cobria integralmente a ara, recorrendo a meio mecânico, depauperou ainda mais o monumento, designadamente o epitáfio que ostenta.

Este suporte ([99]x38x38 cm) está trabalhado nas quatro faces, com o cimácio totalmente alterado pela abertura de cavidade destinada a servir de pia de água benta. O que resta do coroamento (25x38x38 cm) conserva sequência extensa de molduras, identificando-se, de cima para baixo, uma faixa direta, decerto incompleta, correspondente à cornija, sob a qual surgem dois cordões ligados por friso liso, um bocel reverso e um filete direto na ligação ao fuste (40x29x29 cm). A base (34x37x38 cm) apresenta molduragem inversa à do capitel. É de realçar o esmero posto na elaboração do altar, transmitido, por um lado, pela organização da molduragem e, por outro, pela harmonia das proporções, com os lados do fuste a equivalerem, sensivelmente, ao pé romano, e os do coroamento e da base a um pé e 1/4, e a altura total do monumento a representar, provavelmente, o triplo da sua largura máxima.

A face anterior do fuste (40x29 cm) corresponde ao campo epigráfico principal, uma vez que a última linha do epitáfio se encontra separada, integrando-se já na molduragem da base.

A paginação denota alinhamento à esquerda, à exceção da primeira linha, que se encontra sensivelmente centrada. O lapicida recorreu a caracteres capitais comuns, de desenho irregular: D de pança alongada; M de hastes mediais prolongadas acima dos vértices superiores; SS assimétricos; F de barra inferior subida; AA com travessão; e VV pouco largos. Na terceira linha, do M pouco mais se deteta que o vértice central, do V só se vislumbram as extremidades das hastes cujas direções convergentes justificam a interpretação, e do S apenas restam muito ténues vestígios. Na quarta linha, percebe-se com facilidade o A inicial e o N com a haste esquerda vertical e a direita algo inclinada para a frente, não restando praticamente nada das hastes do V, que, no entanto, se intuem, estando o S no limite da superfície epigráfica, quase alinhado com o da linha anterior. Na última linha, as hastes dos XXX estão ligadas superiormente.

A leitura que foi possível estabelecer após aturada avaliação autóptica é a seguinte:

D(is) M(anibus) s(acrum)
 F̄aiiū-
 ş M̄uş-
 aņuş
 ann(orūm) XXX

Consagrado aos deuses Manes. Fávio Musano, de 30 anos.

ALTURA DAS LETRAS (EM CM): l. 1: 7/7,5; l. 2: 6,5/7; l. 3: 7,5; l. 4: 7; l. 5: 5,3/6,5.

MARGENS (SUPERIOR/INFERIOR, EM CM): 3,5; 0.

ESPAÇOS (EM CM): l. 2: 2; 2; 3: 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Nunes, Sousa e Gonçalves (2008, pp. 204-205, n.º 192); Redentor (2017, II, pp. 182-183, n.º 244).

APARATO CRÍTICO: l. 2: FAVEV (Nunes, Sousa e Gonçalves); l. 3: SOVIIN (Nunes, Sousa e Gonçalves). Restantes não lidas.

O epitáfio deste altar memoria um cidadão romano, cuja identificação repousa em estrutura onomástica duonimial integralmente latina. A antroponímia do defunto tem escassa comprovação no mundo romano, remetendo, à primeira vista, para o ambiente onomástico itálico e indiciando origem alóctone. Tanto o gentílico *Faiius*, como o cognome *Musanus* não contam com mais testemunhos hispânicos, mas do primeiro há prova desempenhando a função de cognome em inscrição de Coria (CIL II, 767). Na sua função natural de *nomen*, *Faiius* documenta-se na península itálica e na Panónia (OPEL 2, p. 135) e *Musanus* apenas tem testemunhos itálicos (AE, 1954, 163; AE, 1973, 225), nomeadamente na *Etruria (Regio VII)* e na região de *Bruttium et Lucania (Regio III)*. Não obstante, não podemos perder de vista a possibilidade de o *nomen* corresponder a *Fabius*, quinto gentílico mais frequente na Hispânia, na listagem de Abascal (1994, pp. 132-136), com confusão fonética *-b-* / *-w-* frequente no latim vulgar (Väänänen, 1988, pp. 97-98), embora este *nomen* tenha representação residual no Noroeste e, em especial, no Ocidente brácario (Tranoy, 1981, p. 363; Abascal, 1994, pp. 132-137; Redentor, 2017, II, pp. 230-233). Há ainda a referir que um autor do cristianismo pri-



FIGURA 2. Ara funerária da capela de São Cristóvão, Sousela (Armando Redentor).

mitivo foi exatamente conhecido por *Musanus*, o qual, segundo *Eusebius* (*Hist. eccl.* IV, 28), escreveu uma obra, que não chegou aos nossos dias, contra os Encratitas, uma seita. Terá vivido na segunda metade do século II, por volta das governações de Marco Aurélio ou de Septímio Severo, apontando-se o Egito ou a Ásia Menor como prováveis origens (Markschies, 2010).

Olhando às observações sobre os elementos onomásticos, não será, todavia, de descartar a possibilidade de se estar perante um elemento de família emigrada desde terras itálicas.

A tipologia do monumento, a presença de invocação aos Manes e a identificação duonominal do defunto indiciam uma datação a partir de finais do século II (171-270). A utilização do nominativo, pouco usual associada à invocação dos Manes, não deverá ter nesta inscrição especial relevância cronológica.

A inscrição estará deslocada, pois é plausível que tenha relação com um habitat romano associado ao curso do Mezio, possivelmente o mesmo a que respeita a inscrição do sítio de Eira Vedra, que se encontra atualmente depositada no Museu Nacional de Soares dos Reis (n.º de inventário: 63LAPCMP/MNSR).

Esta, que, desde os alvares do século XX, se conhece associada ao lugar de Eira Vedra, corresponde a uma tosca estela funerária ([117]x58x30 cm) que apresenta desgaste superficial e algumas mazelas ao

longo das arestas, as quais, no lado esquerdo da face principal, atingem a moldragem. Tem remate triangular, atualmente truncado, sendo composta por dois registos: o superior, ao nível da cabeceira, comportando ornamentação astral; e o inferior, respeitante ao campo epigráfico (55x31 cm), verticalizado e delimitado por molduras, exceto no fundo. No centro da cabeceira destaca-se um par de crescentes incisos, posicionados no eixo de simetria da face da estela, sendo a sua incisão larga e profunda, assumindo maior expressão a do crescente inferior, que é, também, mais alto. A base da cabeceira, ligeiramente mais estreita que o corpo da estela, também a salienta relativamente a este. Aqui, dois sulcos paralelos contínuos enquadram o campo epigráfico, recebendo

do reforço, interior e exteriormente, de modo a criarem-se margens com o efeito de cordões múltiplos: por fora, um sulco de cada um dos lados, interrompendo-se ambos junto do motivo da cabeceira; por dentro, mais um de cada lado, morrendo junto aos ângulos internos do campo. O epitáfio que tem gravado é o seguinte:

D(is)•M(anibus)•s(acrum)
Septu-
manus
posiit (!)
matri

Consagrado aos deuses Manes. Setumano colocou à mãe.

ALTURA DAS LINHAS: l. 1: 8; l. 2: 7,5/8; l. 3: 7/8 (V = 5,5); l. 4: 7/7,5 (O = 5); l. 5: 7,5 (T = 9; R = 9.5).

ESPAÇOS (EM CM): 1.: 1,5/4; 2.: 1,5/2; 3-4.: 0,5/1.

MARGENS (SUPERIOR/INFERIOR, EM CM): 3/7,5; 0/3.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Fortes (1905-1908, pp. 479-480); Museu Nacional de Soares dos Reis (1941, p. 8, n.º 13); Alarcão (1988, p. 21, 2:1, n.º 1/373); García (1996, pp. 2121-2122, n.º 106); Carvalho (2008, 2, p. 68, n.º 13052401); Nunes, Sousa e Gonçalves (2008, p. 205, n.º 193); Redentor (2017, II, p. 223, n.º 302).

APARATO CRÍTICO: a edição do Museu Nacional de Soares dos Reis segue Fortes, com deficiências na transcrição.

A paginação é pouco conseguida, intuindo-se que houve procura do eixo de simetria para organização do texto. Os caracteres, comuns e de patente irregularidade, foram gravados profundamente, sendo evidente a influência cursiva. Assim, assinala-se a utilização de II por E e também o desenho dos MM e do N, em que os vértices superiores se caracterizam pelo prolongamento em curva de uma das hastes.

Como se constata na leitura do epitáfio, a defunta não é identificada nominalmente. Apenas o é o dedicante, sendo aquela apontada com recurso a expressão de relação familiar. Todavia, o estatuto deste, que se apresenta só com um antropónimo latino (Kajanto (1965, p. 295); Abascal (1994, p. 504), não recolhendo o testemunho lousadense), é problemático, pois, atendendo a uma plausível cronologia tardia da inscrição, seria de atentar na possibilidade de esta forma onomástica resultar de um processo de simplificação que começa a ser frequente no Baixo Império, podendo estar-se, num caso destes, perante um cidadão romano identificado apenas pelo cognome. Tendo em conta o verosímil declínio epigráfico a partir dos meados do século III, preferimos situá-la nesta centúria, com o apoio da paleografia, pelo que o mais provável é estarmos perante um indivíduo de condição servil. Talvez assim também se entenda melhor o inusitado da ausência do nome da defunta na mensagem gravada, considerando que, juridicamente, o escravo não existe como pessoa, nem é provido de personalidade moral, devendo, inclusive, ser-lhes alheias as noções de *matrimonium* e família. A forma *Septumanus* por *Septimanus* demonstra a mudança de *-i-* para *-u-* apofónico, que surge por influência da consoante labial que se lhe segue, sendo situação comum no latim vulgar (Väänänen, 1937, pp. 41-42) ou, por outras palavras, um vulgarismo decerto presente na oralidade

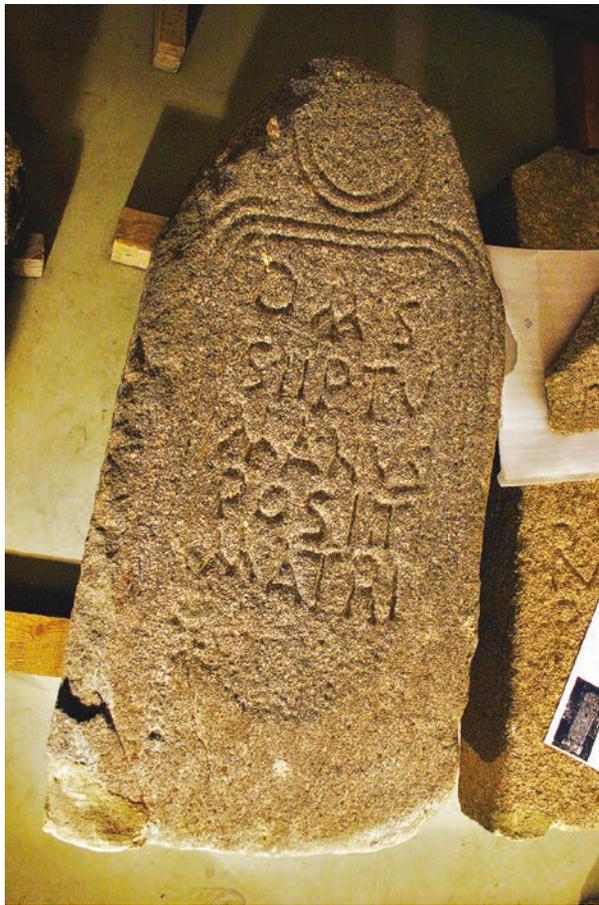


FIGURA 3. Estela funerária de Eira Vedra, Sousela (Armando Redentor).

quotidiana, a qual pode também ter motivado a errónea grafia *posiit* por *posuit*. No âmbito da onomástica servil hispânica, há registo de variantes da forma aqui registada (Mangas, 1971, p. 56), sendo de realçar que, do ponto de vista semântico, esta tem relação com o nascimento, aspeto que se adapta ao espectro servil.

A coincidência de ambas as peças com um mesmo núcleo de povoamento associado ao curso do Mezio conforma-se bem com a potencial existência de um assentamento agrícola, uma *uilla* ou, quiçá, apenas uma quinta, com uma ocupação comprovadamente tardia, entre os séculos III e IV, mas cujo arranque não está ainda deslindado. A plausibilidade de ambas as inscrições se re-

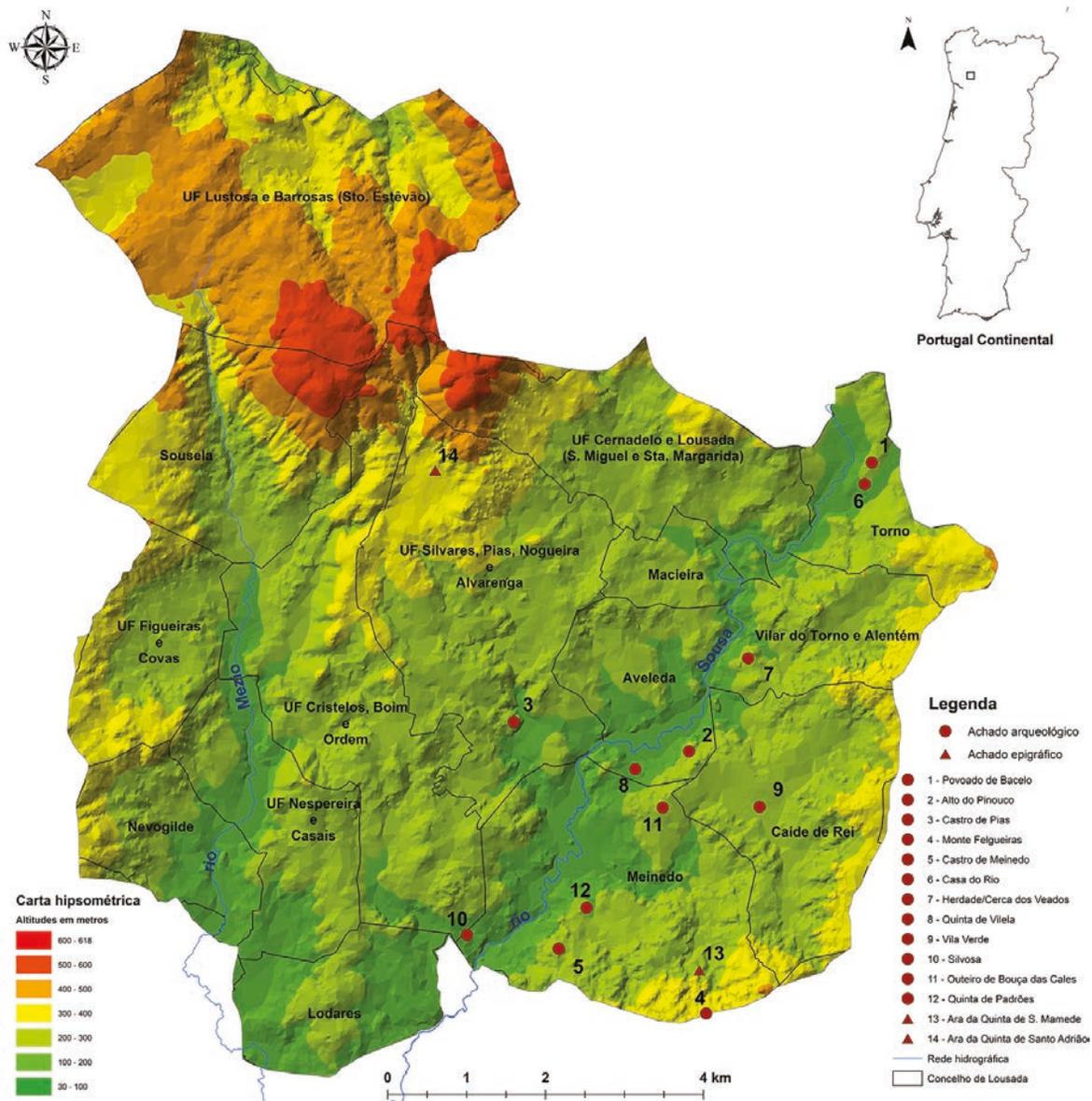
portarem a este arqueossítio dá-nos a possibilidade de nos acercarmos daqueles que lhe deram vida: se o estatuto de *Faius Musanus* nos permite equacionar uma ligação com a propriedade da unidade rústica, já *Septumanus* e sua mãe terão forçosamente integrado a *familia*, isto é, o conjunto dos escravos dessa exploração, na qual fariam valer a sua força de trabalho.

3. ENQUADRAMENTO CRONO-ESPACIAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO SOUSA EM ÉPOCA ROMANA

Os vestígios arqueológicos no vale do rio Sousa, na parte correspondente ao território administrativo do concelho de Lousada, são numerosos. Os dados mais antigos remontam, possivelmente, ao Calcolítico, correspondendo a um reduzido conjunto de fragmentos cerâmicos recolhidos no Alto dos Três Caminhos (São Miguel). Também neste sítio se encontra documentada ocupação da Idade do Bronze Final, tal como na Chã de Bouça das Cales (Meinedo), comprovada pelo aparecimento de fragmentos ceramológicos, maioritariamente integrantes de panças do reportório coevo (Sousa, 2007).

De fase bem mais avançada, talvez já de contexto romano, são os povoados fortificados de Bacelo (Torno), Alto do Pinouco (Aveleda), Castro de Pias (Pias), Monte Felgueiras e Castro de Meinedo (Meinedo).

Sem pretensão de exaustividade, tratando-se de um corredor bastante representativo do ponto de vista arqueológico, podemos enumerar alguns dos principais locais



MAPA 3. Sítios arqueológicos e achados epigráficos na bacia hidrográfica do rio Sousa (Luís Sousa).

com vestígios da época romana, com cronologias balizadas entre meados do século I e os séculos IV/V d. C., como sejam os sítios de Casa do Rio (Torno), Herdade/Cerca dos Veados (Vilar do Torno e Alentém), Quinta de Vilela (Aveleda), Vila Verde e Seara Velha (Caide de Rei), Silvosa e Outeiro de Bouça das Cales (Meinedo).

Incontornável no panorama da ocupação romana deste quadrante geográfico é, todavia, a área da freguesia de Meinedo, concretamente a zona envolvente à Quinta de Padrões, local onde se tem constatado grande concentração de vestígios do período em causa, designadamente de materiais de construção: fustes e bases de coluna de tipo toscano, *tegulae*, *imbrices*, tijolos de variadas dimensões, canalizações de barro de formato

em U e tubulares. Saliente-se, ainda, o aparecimento de silhares de grandes dimensões, um deles com o caracter R insculpido, várias soleiras de porta e um grande silhar com restos de *opus caementicium* (Pinto, 1992).

Defronte da casa da Quinta é possível observar-se uma tina poligonal, constituída por 11 pequenas pedras, levemente faceadas, encontrada aquando dos trabalhos de plantação de uma vinha nas imediações e que, segundo indicação recebida no local, se encontraria *in situ* (Pinto, 1992).

Em 2001, foi desenvolvida uma escavação de emergência, entre a Quinta de Padrões e o campo de futebol da freguesia, que revelou os alicerces de três compartimentos de planta quadrangular, de cujo espólio se destacam dois fragmentos de *terra sigillata* de fabrico hispânico, pertencendo um deles à aba de um prato da forma 4, datável entre o último terço do século I e os princípios do século II, sendo esta cronologia corroborada pelo outro fragmento. De assinalar também o achado de fragmentos de cerâmica cinzenta fina polida e decorada. Um fragmento tubular do pé cilíndrico de uma taça em vidro esverdeado, da forma Isings 44, remete para uma cronologia entre Tibério e Nero, com perduração na época flaviana. Alguns fragmentos cerâmicos de paredes finas completam o quadro, a que se junta o achado da lâmina de uma faca em ferro e restos de pregos. As cerâmicas de construção estão representadas por pedaços de *tegulae* e *imbrices*. De realçar, ainda, o aparecimento de fragmentos de uma lucerna de bico redondo, atípica, mas já mais tardia, mostrando a continuidade da ocupação da edificação (Pinto, 2008, pp. 58-60).

Numa área fronteira à igreja paroquial de Meinedo foi desenvolvida, em julho de 2006, uma intervenção arqueológica de diagnóstico, com o objetivo de avaliar a viabilidade de construção de um edifício nesse local, inserido na zona de proteção legal do templo românico (Almeida e Almeida, 2007). Apesar de intensos revolvimentos, as três valas abertas para averiguação do potencial arqueológico colocaram a descoberto um conjunto de vestígios indiciadores de uma ocupação tardo-romana. Foi exumado um total de 652 fragmentos, sendo três líticos, 31 vítreos, quatro metálicos e os restantes, em número de 614, cerâmicos. De acordo com os responsáveis pela intervenção, os vidros, de coloração verde-musgo, são todos de época tardo-romana, com cronologias que se estendem entre o século IV e o VI, fazendo parte de meia dúzia de pequenas taças ou copas muito vulgares em ocupações dessa faixa cronológica (Almeida e Almeida, 2007, p. 85).

Aquando da construção do campo de futebol, situado, como se referiu, em zona contígua à Quinta de Padrões, apareceram vestígios de cerâmica comum romana, de *terra sigillata* hispânica, de *terra sigillata* clara D, de cerâmica de engobe interior vermelho pompeiano e de uma lucerna do século IV (Almeida, 1972, pp. 113-136; Pinto, 2000).

Além disso, em Meinedo, no lugar de Lavandeiras, na realização de um desaterro para a construção de edifício unifamiliar, surgiu um apreciável conjunto de grandes silhares, assim como algum espólio cerâmico de cronologia tardia. O local ficou completamente alterado, não subsistindo qualquer estrutura ou outro tipo de vestígio arqueológico (Sousa, 2007).

A distribuição do espólio em Meinedo, mormente em redor da Quinta de Padrões, atinge já os 21,2 ha, encontrando-se este, maioritariamente, entre o rio Sousa e a ribeira

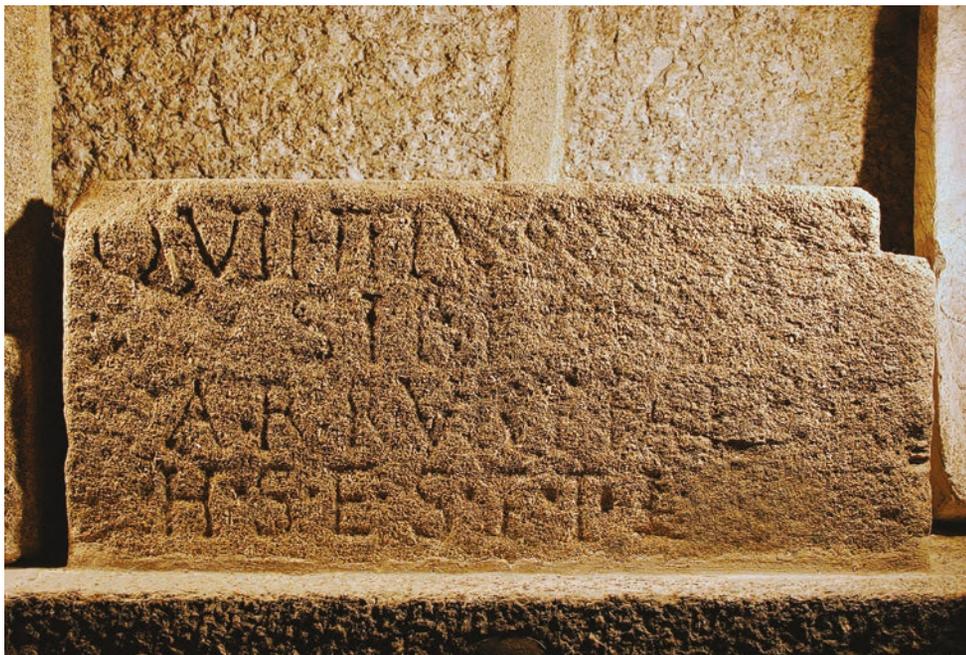


FIGURA 4. Bloco epigrafado da Quinta de Padrões, Meinedo (Armando Redentor).

de Meinedo, não ultrapassando a localização do Castro de Meinedo. Atendendo às consideráveis dimensões e posicionamento geográfico, este assentamento romano poderá ter desempenhado as funções de *uicus*, com ocupação desde o século I até à Alta Idade Média, período durante o qual foi sede de bispado (572), antes deste se transferir para o Porto.

É possível que dentro da Quinta de Padrões, em área próxima do apeadeiro de Meinedo, se possa localizar uma necrópole associada ao assentamento romano. Nesta área ocorreu o aparecimento de uma epígrafe funerária, que, de forma errónea, vem sendo referida como tendo sido encontrada no lugar do Padrão, freguesia de Santo Estêvão de Barrosas, tendo por base a existência do topónimo na freguesia, exatamente onde foi erigida uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Padrão. Tal facto terá induzido em erro os vários autores que a esta inscrição se referem, inclusive o abade João Gomes de Oliveira Guimarães (1901, pp. 38-72), que a divulgou no *Catálogo do Museu Archeologico*, atinente à coleção da Sociedade Martins Sarmiento, ainda que apenas informe que a lápide funerária foi encontrada no lugar do Padrão, concelho de Lousada, sem indicação da freguesia, o que faz com base em carta de Francisco Martins Sarmiento a Emil Hübner, de 11 de novembro de 1893 (*apud* Cardozo, 1947, p. 205). Porém, não haverá lugar para dúvidas quanto à proveniência da peça, atentando numa outra carta de Martins Sarmiento, datada de 14 de fevereiro de 1896, na qual é referido que “apareceu no lugar do Padrão, freguesia de Meinedo, e perto do apeadeiro chamado também do Meinedo, na linha-férrea do Douro” (*apud* Cardozo, 1947, p. 253).

A epígrafe foi oferecida ao Museu da Sociedade Martins Sarmiento (n.º de inventário: SMS-Epi-0063) por José Falcão de Magalhães, talvez em 1895 (Guimarães, 1901, p. 67). Resume-se a um bloco trapezoidal sem qualquer ornato ou moldura (43x98x38

cm), com entalhe angular no canto superior direito, que, decerto, terá feito parte de um monumento arquitetónico levantado na necrópole associada ao plausível *uicus* que se equaciona para Meinedo (Pinto, 2008, pp. 56-60). Na face anterior (43x98 cm), ostenta a seguinte inscrição:

Quintius[•..]M[.]

sibi [et]?

Arruntiae•ϣ(xori)

h(ic)•s(itus)•e(st)•s(it)•t(ibi)•t(erra)•l(euis)

Quíncio, de [---]m[---] para si e (?) para a esposa Arrúncia. Aqui jaz. Que a terra te seja leve.

ALTURA DAS LETRAS (EM CM): l. 1: 8,5/9; l. 2: 8/8,5; l. 3: 8/8,5; l. 4: 8,5.

ESPAÇOS (EM CM): 1: 1; 2: 1; 3: 1.

MARGENS (SUPERIOR/ INFERIOR, EM CM): 1,5; 1/1,5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: *EE* VIII, 113; Guimarães (1901, pp. 66-67, n.º 56); Cardozo (1935, p. 99, n.º 63; 1947, p. 253); Mattos (1947, p. 73, n.º 45); Alarcão (1988, p. 24, 2:1, n.º 1/); García (1996, pp. 2140-2141, n.º 135); Carvalho (2008, 2, p. 68, n.º 13051301); Nunes, Sousa e Gonçalves (2008, pp. 140-141, n.º 94); Redentor (2017, II, p. 218, n.º 295).

APARATO CRÍTICO: l. 1: *Quintius* (*EE* VIII; Guimarães; Cardozo; Mattos; García); l. 2: *sib* (*EE* VIII), [---]sib[---] (Guimarães; Cardozo; Mattos), *sib*[i et] (García); l. 3: *Arruntiae* (*EE* VIII; Cardozo; Mattos), [.] *Arruntiae* (Guimarães), *Arruntiae* (filiae?) (García).

Não se descortina apurado trabalho de paginação, tendo apenas as duas últimas linhas idêntico alinhamento, à esquerda. Às fórmulas finais em sigla associa-se interpontuação redonda. Os caracteres denunciam influência da capital quadrada, sendo de realçar, em termos paleográficos, as características dos Q, B, RR, SS e H. A simplicidade do texto, associada às fórmulas funerárias que o rematam, bem como a paleografia, apoiam uma datação posterior aos finais do século I e, talvez, não ultrapassando os inícios do II, sendo ainda de destacar a ausência de invocação aos Manes.

Trata-se de um epitáfio de um casal, mas o formulário escolhido para o final surge desarticulado do ponto de vista sintático, indiciando um deficiente domínio da língua. Apesar do desgaste que afeta a face inscrita, especialmente a parte superior direita, é possível discernir que a primeira linha se completaria com um outro antropónimo, de que apenas é destrinchável uma letra, havendo espaço para duas antes e uma depois, adaptando-se melhor a genitivo associado a patronímico do que a nominativo cognominal. Assim, atendendo ao modo de identificação de ambos, poderá dar-nos conta de uma união entre *peregrini e liberti* (de *peregrini*).

O epitáfio foi realizado por *Quintius* [..]M[.] para si e para a esposa *Arruntia*. Para além de os idionimos de ambos corresponderem a gentílios latinos (Solín e Salomies, 1988, pp. 22, 153), destaca-se o facto de apenas o homem indicar o patronímico, que a erosão do suporte não salvaguardou, mas onde encaixaria, por exemplo, o genitivo

Ammi, seja referente ao antropónimo indígena *Ammus*, seja à forma latina *Ammius*, em função idionímica (Abascal, 1994, p. 272; Vallejo, 2016, p. 261). Cremos ser esta diferenciação significativa e equaciona-se que poderá decorrer do facto de ambos terem estatutos jurídicos diferenciados, sendo imaginável que *Arruntia*, para lá de *uxor*, possa ter sido sua liberta, justificando-se, assim, a economia da indicação da *libertinatio*, tendo em atenção que aquela designação latina é normalmente reservada à esposa livre (Morabito, 1981, p. 132). A datação da inscrição torna verosímil que se trate de uma união marital, repercutindo os efeitos do *Latium*, nomeadamente no respeitante ao *ius conubium* (Evans-Grubbs, 2002, pp. 146-147, 150-151; Kremer, 2006, pp. 27-30).

Para além desta peça epigrafada, outras mais terão aparecido na área, mas, segundo relatos vários, levaram descaminho, por desinteresse ou vontade de não alarmar com a identificação de novos achados arqueológicos.

A meia encosta do Monte Felgueiras, com as principais vertentes voltadas a norte e do qual se consegue um bom domínio visual sobre a confluência da ribeira de Caíde com o rio Sousa, situa-se a Quinta de São Mamede. A área é bem servida de nascentes de água, tendo, essencialmente, exposição solar pela vertente oeste.

Remontam aos inícios da década de 90 do século passado as primeiras notícias relativas à identificação de vestígios arqueológicos, nomeadamente ao achado de uma ara que, de seguida, apresentaremos. Não obstante, outros materiais têm por aqui surgido, sobretudo aquando de revolvimentos do subsolo, havendo a referir fustes de coluna de tipo toscano e uma laje de granito de grão fino, entretanto fraturada, ostentando decoração floral geometrizada numa das extremidades. E se os primeiros podem indiciar a existência de uma edificação de provável fábrica romana, o mesmo não se poderá dizer relativamente à laje granítica mencionada, pois terá cronologia do período da Reconquista. Não obstante, os dados atualmente disponíveis permitem levantar a hipótese de, no sítio da Quinta de São Mamede, ter existido um casal, cuja diacronia de ocupação não é possível precisar, ainda que se conjecture ter ultrapassado os últimos tempos romanos.

Como referido, de segura cronologia romana é a ara (82x37x37 cm) aí identificada, que se encontrava a servir de degrau de acesso ao lavadouro de um tanque, situado a



FIGURA 5. Ara votiva da Quinta de São Mamede, Meinedo (Armando Redentor).

escassos metros da área habitacional. Infelizmente, as circunstâncias do achado que precedeu a sua reutilização são-nos desconhecidas.

Este monumento é trabalhado nos quatro lados, mas apresenta hoje as superfícies bastante desgastadas, ao nível do fuste (48x32,5x30 cm) e da base (14x[35]x[34] cm). Por esta razão, as faces do fuste exibem-se tendencialmente côncavas e as arestas surgem arredondadas, tendo-se perdido a molduragem da base. O coroamento (20x37x37 cm) é rematado por *puluilli* de implantação embebida a 2/3 no friso simples, correspondente à cornija, bem como por *foculus* oval e relevado, que com eles se solidariza por meio de dois cordões. Ranhura e gola encurtada estabelecem a ligação do coroamento ao fuste, cuja face anterior serve de campo epigráfico. Esta superfície apresenta-se muitíssimo desgastada, particularmente no setor medial, discernindo-se apenas vestígios das duas primeiras linhas e da última, sendo que, entre elas, há espaço suficiente para mais três. Além disso, várias beliscaduras superficiais afetam as zonas que se conservam epigrafadas.

De acordo com as linhas de texto conservadas, parece ter sido privilegiado um alinhamento à esquerda, com aparente exceção referente à última linha, sensivelmente centrada. Apesar do mau estado de conservação do texto, distingue-se claramente o desenho alongado dos caracteres, que, considerando a irregularidade dos sulcos de gravação, terão sido, provavelmente, objeto de reavivamento, talvez em fase antiga, permitindo relativamente aos que se encontram completos alguma caracterização paleográfica: L de barra estreita, tal como o T; AA com travessão; e R de pança fechada e perna arqueada. A altura das letras das três linhas conservadas indicia - assim nos quer parecer - o maior destaque dado às duas primeiras, nas quais se gravou a epiclesse. Entre o teónimo e o epíteto, uma pequena marca deverá corresponder a ponto, plausivelmente redondo. No final da primeira linha, a penúltima letra corresponderá a um L, considerando um diminuto traço horizontal interpretável como arranque de barra, incompleto devido ao desgaste associado à aresta do fuste, que também terá atuado no apagamento parcial do carácter seguinte, plausivelmente um E, do qual se conservam indícios da metade superior, nomeadamente da barra central e de parte da haste.

A leitura que ainda é possível realizar é a que se segue:

Lari•T̄a]e?-

br̄ig[o]

[---]

[---]

[---]

u(otum)](ibens) m(erito) [s(oluit)]

Ao Lar Talébrigo (?). [---], mercidamente, cumpriu o voto de bom grado.

ALTURA DAS LETRAS (EM CM): l. 1: 7; l. 2: 7; l. 6: 4,5.

ESPAÇOS (EM CM): 1: 2,5.

MARGENS (SUPERIOR/INFERIOR, EM CM): 0,5; 1,5.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Nunes, Sousa e Gonçalves (2008, pp. 142-143, n.º 96); Redentor (2017, II, pp. 102-103, n.º 121).

APARATO CRÍTICO: l. 1: *Lari Tab* (Nunes, Sousa e Gonçalves); l. 2: *rigo* (Nunes, Sousa e Gonçalves).

O texto desvenda consagração a um lar com epíteto indígena, *Lari Talebrig[o]* (?), realizada por dedicante que desconhecemos totalmente, em virtude do estado de conservação da inscrição, mas que a realizou no cumprimento de um voto.

É evidente a base toponímica do epíteto, remetendo para um nome de lugar de formação composta com terminação em **-bris*, ainda que o seu elemento inicial não seja tão simples de discernir. Se, por um lado, Albertos (1966, p. 217) havia sugerido ser a raiz IE **telā-* ‘planura, superfície plana’ (*IEW*, p. 1061), comum a toda uma família de antropónimos indígenas e até nomes de lugares, nomeadamente *Talabara* e *Talabriga*, dos quais podemos aproximar o referente toponímico do epíteto, por outro, Villar defende a relação da hidronímia e toponímia peninsulares de base **tel-*, **tal-* com a raiz IE **(s)tel-* ‘fluir’ (Villar, 1993, pp. 287-289; Prósper, 2002, p. 198). Em todo o caso, a epiclesse em causa respeitará a divindade protetora de âmbito local, tendo sob sua tutela um local que se designaria, na Antiguidade, por **Talebris*.

Atendendo ao estado de conservação da epígrafe, escasseiam os indicadores cronológicos. Mas, considerando a paleografia, será datável a partir de meados do século II.

Um outro monumento votivo, enquadrável no vale do rio Sousa, corresponde a um recente achado associado a entulhos existentes no interior da capela de Santo Adrião, localizada no interior da quinta com o mesmo nome, situada no termo de Silvares. A procedência da peça é desconhecida, devendo ter sido conduzida para o templo em período anterior à sua recuperação. Foi identificada, em fevereiro de 2009, por um dos subscritores deste artigo – LS –, integrada num murete de canteiro, ao lado da capela e, entretanto, recolhida para o interior da habitação dos donos da propriedade.

Tipologicamente, trata-se de uma ara ([49,5]x26x25 cm) de secção quadrangular, atualmente incompleta por perda da base e de parte do coroamento ([9]x[26]x25 cm), o qual conserva vestígios da faixa lisa correspondente à cornija e do filete de ligação ao fuste ([40,5]x25x24 cm). Todas as faces apresentam desgaste intenso, que é mais notório junto das arestas do fuste. A face posterior recebeu inscrição moderna, invertida relativamente à inscrição original, resultante de reaproveitamento do suporte, também testemunhado por orifício circular aberto no topo, mostrando-se este lateralmente lascado na metade posterior. A face do fuste originalmente epigrafada apresenta o seguinte texto:

Reoue
 (V a)d(um)ic(o)
 Nigr(in)us
 Nigri f(ilius)
 u(otum)•s(oluit)•l(ibens)•m(erito)

Reoue Vadumico. Nigrino, filho de Níger, merecidamente, cumpriu o voto de bom grado.

ALTURA DAS LETRAS (EM CM): l. 1: 5,3/5,6; l. 2: 5/5,5; l. 3: 5,5/5,7 (nexo IN = 6,5); l. 4: 5/6,5; l. 5: 5,5/6,3;



FIGURA 6. Ara votiva da Quinta de Santo Adrião, Silvares (Armando Redentor).

ESPAÇOS (EM CM): 1: 1/2; 2: 2,3/2,8; 3: 2,3/2,8; 4: 2/2,8.

MARGENS (SUPERIOR/INFERIOR, EM CM): 0; [3].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS: Magalhães, *et al.* (2009, pp. 27-28); Redentor (2013, pp. 226-227; 2017, II, p. 44, n.º 33).

A inscrição apresenta duplo alinhamento à esquerda: o primeiro par de linhas tem início mais próximo da aresta do fuste e as restantes mais dentro. É composta por caracteres comuns, havendo também manifesta influência cursiva, evidenciada pela forma do F, na quarta regra, com haste associada a outra mais pequena, paralela e superiormente posicionada. Na primeira linha, R de pança semicircular, pequena e fechada, O sensivelmente circular, EE de barras estreitas e V de hastes encurvadas. A seguinte inicia-se com um nexu VA, cuja haste esquerda está meio apagada, devido ao desgaste do suporte, sendo, todavia, passível de conformação, exatamente alinhada com a haste da primeira letra da linha anterior, percebendo-se melhor o vértice arredondado que faz com o A, provido de travessão posiciona-

do a 1/3 e não a meio; o D apresenta pança alongada, seguindo-se-lhe o nexu VM e um I simples, fechando esta regra um C esguio, exatamente no limite da superfície epigráfica. A terceira linha começa com um N incompleto, apresentando o G perna enrolada para o interior do seu arco e o R uma pança pequena e perna côncava; seguem-se dois nexos: IN, pelo prolongamento da haste esquerda, que denota ligeira inclinação, e VS, servindo as curvas do S de haste ao V. Os caracteres da quarta regra assemelham-se aos congêneres das anteriores, assumindo destacada particularidade a forma, já comentada, do F. Na última linha, as siglas da fórmula final são separadas por pontos redondos, estando o V e o M incompletos, ambos bastante amplos, tendo este último o vértice central ao nível da linha. A *ordinatio* é relativamente cuidada, evitando as translineações, mesmo com o sacrifício do grafo desinencial (considerando terminação latinizada) do epíteto da divindade colocado na segunda linha.

A ara é dedicada à divindade indígena *Reue* por indivíduo de estatuto peregrino, como evidencia a formulação onomástica. *Nigrinus* e *Niger* são antropónimos latinos, tendo a distribuição deste último particular incidência na Hispânia meridional, com forte ocorrência na província da Lusitânia, especialmente no interior (Untermann (1965, 138-139, mapa 57); Abascal (1994, p. 439); Grupo Mérida (2003, pp. 247-248)). São nomes com forte presença em meios peregrinos peninsulares (Albertos, 1987, p. 177), como mais uma vez o comprova o exemplo vertente. O idiónimo do dedicante tem, neste caso específico, uma manifesta formação patronímica, sendo a sua frequência hispânica bastante inferior (Untermann (1965, 138-139, mapa 57); Abascal (1994, p. 440)). Na parte ocidental do *conuentus Bracarum*, documenta-se *Niger* em Tuías (Redentor, 2017, II, p. 105, n.º 125) e em Creixomil (Redentor, 2017, II, p. 191, n.º 257). Em Dume, do-

cumenta-se *Nigrina* (Redentor, 2017, II, pp. 212-213, n.º 288), não se conhecendo mais testemunhos da forma masculina.

Em função do formulário, da estrutura onomástica do dedicante, bem como da paleografia, este monumento epigráfico é datável da segunda centúria e apresenta inédita grafia do epíteto da divindade indígena *Reue/Reue*. É a *ordinatio* que escora a leitura *Reoue*, estando os dois elementos da nomenclatura divina em linhas separadas, tal como acontece com os da estrutura onomástica do dedicante e a fórmula votiva.

Juntamente com *Bandue* e *Nabiae*, *Reue/Reue* é uma das divindades paleo-hispânicas mais difundidas no Ocidente da Península Ibérica, aparecendo, por exemplo, referenciada em dois dos documentos que se conhecem em língua lusitana, em concreto nas inscrições do Cabeço das Fráguas (*MLH IV, L.3.1*) e de Arronches (Carneiro, *et al.*, 2008). Não discutindo agora a vasta problemática associada ao significado deste teónimo (Redentor, 2013), diremos que o estudo linguístico fundamental realizado por Villar (1996) aponta para um contexto semântico fluvial, sendo o teónimo considerado pelo autor como uma palavra para rio, procedente de **Hireu-* ou **Hirēu-*. Logo, um nome entendido como rio.

Conhece-se no interior do *conuentus Bracarum* e na Lusitânia, relativamente ao teónimo, a variante geminada *Reue – Reue Reumirego*, Vilardevós, Ourense (*Aquae Flauiae*², 100); *Reue Anabaraeco*, Castro de Rubiás, Ourense (?) (*CIL II*, 685); *Reue Anabaraego*, Ourense (Prósper, 2009, p. 204, n.º 3); *Reue Anabar(aego)*, Ourense (Prósper, 2009, p. 204, n.ºs 1 e 2) – que poderá servir de contraponto a esta inédita grafia, cujo rigor, do ponto de vista da interpretação epigráfica, tem a seu favor a escoreta *ordinatio* do texto, sem translineações, como se referiu.

Atendendo ao teónimo, a possibilidade de o epíteto se referir a um elemento aquático é bem plausível, embora a sua elucidação etimológica não se revele intuitiva. Neste sentido, já se avançou (Redentor, 2013) poder tratar-se de um derivado adjetival em **-iko-*, a partir de **suād* ‘doce’, não descurando a existência, na hidronímia atual, de um rio Doce (no Brasil), ou, inclusivamente, de **uādh-* ‘ir, marchar’, pois desta raiz também derivam formas relacionadas com a dimensão aquática.

Não obstante, é um novo testemunho que vem enriquecer a documentação sobre esta divindade indígena no contexto meridional da *Callaecia*, ainda que, tendo em atenção os dados relativos à geografia do culto de *Reue/Reue* (Prósper, 2002) e à distribuição geográfica do patronímico do ofertante, na qual o destaque comparativo entre a *Lusitania* e a *Callaecia* é claramente favorável à primeira área, não destoasse a consideração de uma hipotética procedência familiar do responsável pela dedicatória a sul do Douro.

4. NOTA FINAL

As epígrafes de época romana descobertas no território lousadense não são numerosas quando comparadas com o mapa de arqueossítios com esta cronologia ou com outras ocupações que também a integram.

As cinco inscrições apresentadas têm, todavia, a virtude de se conformarem como ínfimo fragmento das vidas que se desenrolaram nestas paragens, no alvor dos tempos históricos.

Apenas um indivíduo com cidadania romana é descortinado nestes testemunhos e a sua onomástica pode apontar uma origem forânea, extra-hispânica, sendo interessante a possibilidade de ter estado relacionado com a posse de uma unidade de exploração rural, uma *uilla* ou uma mais modesta quinta, situada no vale do Mezio, à qual poderá ter também estado vinculado alguém a que atribuímos estatuto servil. Decerto, terá sido na necrópole associada a este sítio que terão estado os monumentos que nos transmitem estes poucos dados.

Também o plausível *uicus* descortinável pelos numerosos vestígios arqueológicos associados a Meinedo, concretamente à área da Quinta de Padrões, lugar de Casais e igreja paroquial, terá tido a sua necrópole, decerto mais vasta que a associável ao sítio de Eira Vedra, mas da qual apenas um monumento epigráfico nos chegou até ao presente momento. A sua compleição indicia a integração numa edificação de natureza funerária, mas impossível de caracterizar. A inscrição em causa revela-nos um pouco expressivo epitáfio de um casal. Tanto o estado de conservação da pedra como a brevidade do texto não nos consentem mais do que intuir o estatuto peregrino do marido e especular sobre uma origem servil da esposa, por ele mesmo alforriada.

As restantes inscrições são de natureza votiva. Apenas uma delas permite, pelo seu estado de conservação, identificar o autor do voto, realizado a uma importante divindade indígena de natureza fluvial. Olhando a onomástica, não se estranharia que o dedicante deste altar tivesse origem lusitana, embora se reconheça impossível garantir este aspeto sem dados mais substanciais que a simples identificação peregrina do indivíduo. A epígrafe releva, todavia, pela inédita grafia do teónimo. O outro altar revela-nos um nume tutelar local, concretamente um lar, mas a degradação infligida pelo tempo à pedra impede de conhecer o responsável pela dedicatória, sendo provável a sua relação com uma modesta unidade de exploração agrícola.

Apesar de escassas, as referências concretas às vidas que se desenrolaram neste recanto ocidental da Hispânia romana, plausivelmente integrado na *ciuitas* dos *Callaeci*, são, todavia, dados preciosos, pela sua autenticidade e por permitirem introduzir algum matiz de natureza social nos dados materiais revelados pela arqueologia.

BIBLIOGRAFIA

Abascal Palazón, J. M., 1994. *Los nombres personales en las inscripciones latinas de Hispania*. Murcia: Universidad, Secretariado de Publicaciones; [Madrid]: Universidad Complutense (Anejos de Antigüedad y Cristianismo; 2).

AE – [S.a.], 1888-[...]. *L'Année Épigraphique*. Paris: CNRS; Université de Paris I.

Alarcão, J., 1988. *Roman Portugal*. Warminster: Aris & Phillips. 2 volumes.

Albertos Firmat, M. L., 1966. *La onomástica personal primitiva de Hispania: Tarraconense y Bética*. Salamanca: Consejo Superior de Investigaciones Científicas [etc.] (Theses et studia philologica salmanticensia; 13).

Albertos Firmat, M. L., 1987. La onomástica personal indígena de la region setentrional. In: J. Gorrochategui, J. L. Melena e J. Santos, eds. 1987. *Studia paleohispanica: actas del IV Coloquio sobre Lenguas y Culturas Paleohispánicas (Vitoria/Gasteiz, 6-10 mayo 1985)*. [Vitoria]: Universidad del País Vasco, Instituto de Ciencias de la Antigüedad. pp. 155-194.

Almeida, C. A. B. e Almeida, P. B., 2007. Sinais de Romanização junto à igreja românica de Meinedo. *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, 2, pp. 75-94.

Almeida, C. A. F., 1972. Notas sobre a Alta Idade Média no Noroeste de Portugal. *Revista da Faculdade de Letras, Série de História*, vol. III., p. 113-136.

*Aquae Flaviae*² – Rodríguez Colmenero, A., 1997. *Aquae Flaviae. Vol. 1: Fontes epigráficas da Gallaecia meridional interior*. Chaves: Câmara Municipal de Chaves.

Baptista, H., 2006. *Relatório Final dos Trabalhos de Acompanhamento Arqueológico: A42 / IC25: Lanço nó da EN 106 / Nó do IP9 (Lousada) – lote 7*. Lousada: [s.n.].

Cardozo, M., 1935. *Catálogo do Museu de Arqueologia da Sociedade Martins Sarmento: I parte, secção lapidar e de escultura*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Cardozo, M., 1947. *Correspondência epistolar entre Emílio Hübner e Martins Sarmento (Arqueologia e Epigrafia): 1879-1899*. Guimarães: Sociedade Martins Sarmento.

Carneiro, A., Encarnação, J., Oliveira, J. e Teixeira, C., 2008. Uma inscrição votiva em língua lusitana. *Palaeohispanica*, 8, pp. 167-178.

Carvalho, H. P. A., 2008. *O povoamento romano na fachada ocidental do conuentus Bracarenensis*. Tese de doutoramento. Universidade do Minho. 2 volumes.

CIL II – Hübner, E., 1869. *Corpus Inscriptionum Latinarum. 2. Inscriptiones Hispaniae Latinae*. Berolini: apud Georgium Reimerum.

CIL II – Hübner, E., 1892. *Corpus Inscriptionum Latinarum. 2. Inscriptiones Hispaniae Latinae: Supplementum*. Berolini: apud Georgium Reimerum.

EE VIII – Hübner, E., 1899. *Additamenta noua ad corporis uolumen II. In: Ephemeris Epigraphica*. 8. Berlim: [s.n.]. pp. 351-528.

Evans-Grubbs, J., 2002. *Women and Law in the Roman Empire: A Sourcebook on Marriage, Divorce and Widowhood*. Londres, Nova Iorque: Routledge.

Fortes, J., 1905-1908. *Analecta epigraphica. Portugalia*, 2, pp. 479-480.

García Martínez, S. M., 1996. *La romanización de los conuentus Asturum, Bracaraugustanus y Lucensis: su estudio epigráfico*. [CD-ROM]. Tese de doutoramento. Universidad de León.

Grupo Mérida, 2003. *Atlas antroponímico de la Lusitania romana*. Mérida; Bordéus: Fundación de Estudios Romanos, Ausonius Éditions.

Guimarães, O., 1901. Catálogo do Museu Archeologico [da Sociedade Martins Sarmento]. *Revista de Guimarães*, 18:1-2, pp. 38-72.

Hist. eccl. – Lake, K., trad. (1926) – *Eusebius. Ecclesiastical History, Volume I: Books 1-5*. Cambridge, MA: Harvard University Press (Loeb Classical Library; 153).

IEW – Pokorny, J., 1959. *Indogermanisches etymologisches Wörterbuch*. Berna, Munique: Francke Verlag.

Kajanto, I., 1965. *The Latin Cognomina*. Helsínquia: Keskuskirjapaino (Commentationes Humanarum Litterarum. Societas Scientiarum Fennica; 36. 2).

Kremer, D., 2006. *Ius Latinum : le concept de droit latin sous la République et l'Empire*. Paris: De Boccard (Romanité et modernité du droit).

Magalhães, P., Moreira, C., Cardoso, C. e Sousa, L., 2009. *Silvares: um percurso pela sua história*. Lousada: Reviver Editora.

Mangas Manjarrés, J., 1971. *Esclavos y libertos en la España romana*. Salamanca: Universidad (Acta salmanticensia. Filosofía y Letras; 62).

Markschies, C., 2010. Musanus. In: H. D. Betz, D. S. Browning, B. Janowski e E. Jüngel, ed. 2010. *Religion Past and Present. Encyclopedia of Theology and Religion*. Leiden, Boston: Brill. Vol. VIII, p. 618.

Mattos, A., 1947. Inventário das inscrições do Douro-Litoral (continuação). *Douro-Litoral*, 2.^a série, 7, pp. 56-76.

MLH IV – Untermann, J., 1997. *Monumenta Linguarum Hispanicarum, IV: Die tartessischen, keltiberischen und lusitanischen Inschriften*, Wiesbaden: Dr. Ludwig Reichert Verlag.

Morabito, M., 1981. *Les réalités de l'esclavage d'après le Digeste*. Paris: Belles Lettres (Annales littéraires de l'Université de Besançon; 254).

Museu Nacional de Soares dos Reis, 1941. *Secção lapidar: catálogo-guia*. Porto: Museu Nacional de Soares dos Reis.

Nunes, M., Sousa, L. e Gonçalves, C., 2008. *Carta arqueológica do concelho de Lousada*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada – Gabinete de Arqueologia.

OPEL 2 – Lörincz, B., 1999. *Onomasticon Prouinciarum Europae Latinarum. Vol. 2*. Wien: Forschungsgesellschaft Wiener Stadtarchäologie.

Peixoto, F. A., 1913. Louzada: sua origem e antiguidades. *Jornal de Louzada*, 28 dez. p. 1.

Pinto, J. M. S. M., 1992. *Património Arqueológico de Lousada: Plano Director Municipal*. Lousada: Câmara Municipal de Lousada.

Pinto, J. M. S. M., 2000. *Sondagens arqueológicas em Meinedo (Lousada): relatório final*. Lisboa: Instituto Português de Arqueologia.

Pinto, J. M. S. M., 2008. Do castro de S. Domingos a Meinedo: Proto-História e Romanização da bacia superior do rio Sousa. *OPPIDUM – Revista de Arqueologia, História e Património*, Actas do I Encontro de Arqueologia das Terras de Sousa, número especial, pp. 45-63.

Prósper Pérez, B. M., 2002. *Lenguas y religiones prerromanas del occidente de la Península Ibérica*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca (Acta salmanticensia. Estudios filológicos; 295).

Prósper Pérez, B. M., 2009. *Reve Anabaraeco*, divinidad acuática de las Burgas (Orense). *Palaeohispanica*, 9, pp. 203-214.

Redentor, A., 2013. Testemunhos de *Reue* no Ocidente Brácara. In: X. Ballester, F. Beltrán Lloris, F. J. Fernández Nieto, C. Jordán Cólera, J. Siles; B. Díaz Ariño, I. Simón Cornago, eds. 2013. *Acta Palaeohispanica XI: actas del XI Coloquio Internacional de lenguas y culturas prerromanas de la Península Ibérica (Valencia, 24-27 de octubre de 2012)*. Zaragoza: Institución «Fernando El Católico» – Acadèmia Valenciana de la Llengua. pp. 219-235.

Redentor, A., 2017. *A cultura epigráfica no conuentus Bracaraugustanus (pars occidentalis): percursos pela sociedade brácara da época romana*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra (Investigação). 2 volumes.

Solin, H. e Salomies, O., 1988. *Repertorium nominum gentilicium et cognominum Latinorum*. Hildesheim: Olms (Alpha-Omega: Lexika, Indizes, Konkordanzen zur klassischen Philologie, Reihe A; 80).

Sousa, L. J. C., 2007. *Proto-história e época romana no concelho de Lousada: aplicação de um SIG na análise espacial em Arqueologia*. Seminário de Projeto. Faculdade de Letras da Universidade do Porto – Departamento de Ciências e Técnicas do Património.

Tranoy, A., 1981. *La Galice romaine: recherches sur le Nord-Ouest de la Péninsule Ibérique dans l'Antiquité*. Paris: De Boccard (Publications du Centre Pierre Paris; 7. Collection de la Maison des pays ibériques; 7).

Untermann, J., 1965. *Elementos de un atlas antroponimico de la Hispania antigua*. Madrid: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, Instituto Español de Prehistoria (Bibliotheca praehistorica hispana; 7).

Väänänen, V., 1937. *Le latin vulgaire des inscriptions pompéiennes*. Helsinki: Société de Littérature Finnoise (Annales Academiae Scientiarum Fennicae; B XL, 2).

Väänänen, V., 1988. *Introducción al latín vulgar*. 3.^a edición. Madrid: Gredos.

Vallejo Ruiz, J. M., 2016. *Onomástica paleohispánica. I, Antroponimia y teonimia. 1*,

Testimonios epigráficos latinos, celtibéricos y lusitanos, y referencias literarias: Banco de Datos Hesperia de lenguas paleohispánicas (BDHESP) III. Bilbao: Universidad del País Vasco / Euskal Herriko Unibertsitatea, Argitalpen Zerbitzua = Servicio Editorial.

Villar Liébana, F., 1993. *Talabara, Talavera, Toledo*. In: I. J. Adiego, J. Siles e J. Velaza, eds. 1993. *Studia palaeohispanica et indogermanica J. Untermann ab amicis hispanicis oblata*. Barcelona: Universitat de Barcelona (Aurea Saecula; 10). pp. 287-296.

Villar Liébana, F., 1996. El teónimo Reue y sus epítetos. In: W. Meid e P. Anreiter, eds. 1996. *Die Grösseren Altkeltischen Sprachdenkmäler: Akten des Kolloquiums Innsbruck (29. April-3. Mai 1993)*. Innsbruck: Institut für Sprachwissenschaft (Innsbrucker Beiträge zur Kulturwissenschaft; Sonderheft; 95). pp. 160-211.